

S
UFRJ/IEI
TD14
044601-7

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia Industrial

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 14

O DEBATE SOBRE O ESTADO E A INDUSTRIALIZ
ZAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS INTERROGAÇÕES

José Luiz Fiori
1983

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

O DEBATE SOBRE O ESTADO E A INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA: ALGUMAS INTERROGAÇÕES

José Luiz Fiori



43 - 016399

anpec
associação nacional
de centros de
pós-graduação
em economia

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
FUNDADAÇÃO DE ECONOMIA

1. O debate relativo ao Estado brasileiro, no período 1930-55, tem-se centrado na articulação deste com os processos de acumulação e dominação, mediante análises cada vez mais detalhadas daquilo que nos parece ser o registro mais eficaz das pressões e contrapressões dos múltiplos interesses: as políticas públicas. As formas de encará-las, no entanto, variam. Para alguns, instrumentos ingênuos das inevitáveis necessidades da acumulação de capital; para outros instrumentos autoritários de elites que abrem, com sua lucidez profética, os caminhos de uma acumulação tardia; para terceiros, finalmente, instrumentos cirúrgicos que recortam, no amontoado cinzento das "massas", difusas classes que não quiseram nascer segundo os modelos de uma obstetrícia clássica.

O que entretanto é consensual é que, seja qual for o ângulo privilegiado, as políticas econômicas constituíram-se, no período, em recursos fundamentais de que fez uso o Estado para implementar aquilo que quase todos consideraram a posteriori uma "revolução pelo alto". Alavancas que o lançaram às alturas de um Estado, para uns, supra-classe para outros, "de compromisso", implementando de sua elevada posição projetos de industrialização nacional tanto quanto projetos de mobilização e manipulação do interesse das classes subalternas segundo exigências impostas por uma acumulação retardatária.

As coisas, contudo, não são tão claras e a discussão não pára por aí. É indiscutível que em torno ao desenho da política econômica afirmam-se sempre os interesses dos distintos blocos de capital. Ela será em princípio, e em quase todas as ocasiões, a resultante dos ajustes possíveis entre estes múltiplos e contraditórios interesses.

Mas não é lícito daí concluir que a política econômica constitua um retrato nítido das relações entre o Estado e o bloco de poder dominante. Expressão última dos acertos entre este — organizado ou não partidariamente — e o aparelho do Estado, a política econômica nem sempre retrata fielmente os conflitos e fricções ocorridas no interior das classes dominantes.

Agora bem, se esta articulação é pouco nítida em sis temas políticos ou democráticos, em que os interesses articu lam-se livremente no interior da sociedade civil, apresentan do-se organicamente frente a um Estado que responde em sua es trutura e ação à correlação das forças em presença, mais com plexa ainda se faz quando analisamos sistemas políticos auto ritários, ou apenas semicompetitivos. Aqui faz-se mais difí cil a tarefa de decifrar na textura das políticas econômicas a complexa trama de uma sociedade onde as forças se apresen tam, por vezes, em estado de decomposição quase larvar.

Coincide a maioria dos intérpretes em considerar que uma das particularidades da sociedade brasileira — no tempo que vai de 1930 a 1955 — manifesta-se exatamente na "gelati nosidade" de sua sociedade civil e no assoberbamento do papel do Estado, o que reforça sua capacidade de consolidar políti cas que não expressaram sempre e de maneira serena os interes ses imediatos. Pois é indiscutível que em casos de hipotrofia da sociedade civil, agiganta-se o papel da burocracia estatal, criando alguns problemas novos à análise e interpretação. O Estado transporta para dentro de si mesmo o ajuste dos inte resses e conflitos, constituindo uma densa mediação burocráti ca entre as classes e o poder de Estado, fazendo-se bem mais complexas as relações entre necessidades, interesses e proje tos. Estorvam-se os canais e as mediações entre as histórias da acumulação e da dominação. Aparecem os labirintos no inte rior dos quais vegetam as inúmeras elocubrações que vão do de bate sobre a natureza classista das burocracias até a proposi ção de revoluções burguesas que se fazem a partir do Estado. Neste ponto encontra-se, sem dúvida, a dificuldade maior a u ma adequada compreensão do período 1930-55. Neste tempo - em particular de 37 a 45, mas também de 45 a 55 - afirma-se no Brasil, aparentemente, uma burocracia com amplo grau de auto nomia no traçado de políticas públicas que teriam visado, se gundo a maioria dos autores, a industrialização nacional e a cooptação dos setores populares.

Estatismo industrializante e populismo estatista, es-
cludados em uma linguagem nacionalista e idealizados/implemen-
tados por uma elite burocrática ilustrada e profética com re-
lação aos horizontes burgueses e populares mais imediatos, se-
riam assim, segundo aqueles, os elementos fundamentais para
pensar as relações entre Estado e sociedade no Brasil, duran-
te a égide da "industrialização restringida" e do "Estado de
compromisso".

Não pensamos nestas poucas páginas questionar, nem mesmo sintetizar, as principais orientações interpretativas existentes sobre a questão. Desejamos apenas expor algumas idéias e perguntas iniciais que justifiquem e sustentem uma futura démarche sobre a conjuntura 1950-55 de nossa história econômica e política. Para isto partimos de duas linhas fundamentais de leitura do mesmo período. Linhas que, segundo nosso entender, resumem o que de mais significativo vem sendo dito, no âmbito da análise política e econômica, sobre a primeira metade dos anos cinquenta. Linhas de leitura articuladas em torno aos conceitos de "Estado de compromisso" e "industrialização restringida", que avançam muito mais além de nosso quinquênio, mas que de uma forma ou de outra dão elementos interpretativos sobre esta conjuntura particular.

2. "Finalmente, é possível ver no chamado segundo governo Vargas, e no suicídio de agosto de 1954, o fim de uma época no Brasil, o momento histórico em que ficou tragicamente evidenciada a limitação desta proposta de desenvolvimento nacional autônomo, o irrealismo de pretender mantê-la quando de uma conjuntura internacional modificada, em que o entreguismo representava o caminho natural para o prosseguimento do desenvolvimento econômico" (*).

"Nessa perspectiva, o sentido histórico fundamental de agosto de 1954, momento da crise final do segundo governo de Vargas, deve ser entendido como início do processo de des-

(*) Torres, J. Carlos - in: Estado e capitalismo no Brasil p. 251.

moronamento de todos os acordos políticos e econômicos prece-
riamente estruturados durante toda a época de Vargas, começa-
do precisamente pela política de desenvolvimento capitalista
nacional. Não obstante, as circunstâncias trágicas que acompa-
 nham a crise de agosto darão à política populista uma oportu-
 nidade de revanche no momento mesmo de sua derrota, garantin-
 do-lhe um período de, digamos, sobrevida que deverá prolon-
 gar-se pelos dez anos seguintes. A revanche, entretanto, deu
 ao populismo uma vitória mais aparente que real. Foi sobretu-
 do um fato ideológico: a Carta-Testamento de Vargas, que deve-
 ria constituir o ponto final da carreira do nacionalismo na
 política empírica, surgiu na realidade como o ponto de parti-
 da para um revivalismo nacionalista que duraria todo o decê-
 nio seguinte, inspirando todas as tentativas de restabeleci-
 mento da política de desenvolvimento capitalista nacional" (*).

A partir de 1954, a "ideologia nacionalista passou a assumir
 uma eficácia no alinhamento das forças políticas que foi mui-
 to além do que faria supor o travejamento básico da situação
 estrutural então vivida pelo país. A aliança da esquerda com
 os populista é o exemplo mais visível disto ... A questão so-
 bre a aliança está no plano da ideologia: está no fato de que
se tenha construído para justificá-la uma concepção que iden-
tificava nos populista em decadência um movimento em ascensão.
Está no fato de que se tenha construído para justificá-la uma
concepção que tratava de vislumbrar a energia de uma burge-
sia portadora de um projeto de desenvolvimento nacional quan-
do naqueles mesmos anos a burguesia já começava a associar-se
ao grande capital internacional em processo de expansão hege-
mônica no plano da economia" (**).

As citações feitas explicitam os termos básicos do
 que vimos chamado de pano de fundo da nossa historiografia po-
 lítica. A crise do sistema oligárquico de Estado e a inexis-
 tência de uma burguesia industrial capaz de impor sua hegemô-
 nia levam à edificação, a partir dos anos trinta, de um Esta-
 do de compromisso que instrumentaliza uma acrescida, porém ma-

(*) Weffort, F., "Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964)", in:
Ensaio de Opinião v. 7.

(**) Weffort, F., "Democracia e movimento operário: algumas questões para
 a história do período 1945-1964", in Revista de Cultura Contemporâ-
nea n. 8.



nipulada; participação político-corporativa dos setores populares. Este Estado mantém suas características básicas até meados dos anos cinquenta, porém altera sua forma, ou regime, em 1945. Esta modificação estimula o desenvolvimento, em sistema político aberto e semicompetitivo, de novas formas de manipulação popular, basicamente o populismo. Constroí-se simultânea e progressivamente um complexo arcabouço justificativo para sustentar esta aliança manipuladora entre setores populares, cimentada e arbitrada pelo Estado: o "nacional-desenvolvimentismo" de cunho essencialmente estatizante. O Estado de compromisso rui, a aliança esboroa-se (e existiu alguma vez?) e os populistas, agora acasalados com a esquerda, conseguem-no sustentar até 1964, decolando em sua ideologia congraçadora e mantendo-se à testa de setores importantes do Estado, por força quase só e exclusiva da energia contida em seu equívoco.

Quem e como, afinal, gozou da vida e da "sobrevivência" revivalista do nacional-populismo? Um pacto de dominação, uma aliança de classes, uma frente partidária, um grupo de tecnoburocratas, ou apenas as desorientadas forças de esquerda? O Estado, o regime, ou simplesmente o fantasma de uma formulação ideológica ambígua e ineficaz do "partido da inteligência", cuja base social encontrar-se-ia, na realidade, entre alguns funcionários públicos doublées de ideólogos, cuja "anormal independência" deveria ser melhor explicada?

Vejamos entretanto, antes de maiores discussões, o que nos diz sobre o mesmo período um dos esforços mais recentes e celebrados da historiografia econômica.

3. ... "O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital. Mais do que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à Crise de 29 ...

" ... Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o poder de barganha dos trabalhadores, realizar investimentos de infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidária a um esquema privado de acumulação que repousa em bases técnicas ainda estreitas A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira onda de inovações schumpeteriana: de um lado o estruturado sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo salto tecnológico; de outro, a capacidade produtiva se implantou muito à frente da demanda pré-existente. Há portanto um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características de expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou num crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados... Não é difícil entender que um processo como este exigia como pré-requisito um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo, uma ampliação das bases técnicas da acumulação que se fizera durante a fase de industrialização restringida. Porém

não é menos certo que a industrialização pesada tinha escas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de reursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente. A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro que se transfere sob a forma de capital produtivo. ... Na turalmente, a presença da grande empresa estrangeira não se explica apenas pela existência de excelentes oportunidades de inversão a serem colhidas, mas também, em última instância, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial ... Esta e a grande empresa oligopolista internacional comandaram, inequivocamente, o processo de industrialização pesada. Não se pense, no entanto, que o capital industrial na cional tenha sido ferido em seus interesses concretos. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia enfrentar por si só os problemas da industrialização pesada ..." (*)

Da abolição da escravatura até meados da década de cin qüenta, estende-se amplo período de transição, época de arti culação dos pré-requisitos e desmontagem dos obstáculos inter postos à industrialização capitalista, à instalação do modo de produção capitalista em sua forma integral e auto-sustentada. Transição, por sua vez, subdividida em duas fases distintas : a primeira de crescimento industrial vegetativo, feito à sombra do complexo cafeeiro então hegemônico; a segunda, inaugurada a partir de trinta e encerrada em 1955, de ampliação horizontal da industrialização, feita à sombra do protecionismo estatal e das condições internacionais desenhadas pela Guerra. Um segundo período ianugura-se no Governo Kubitschek, o da industrialização capitalista propriamente dita.

(*) Cardoso de Mello, J.M. O capitalismo tardio, Ed. Brasiliense, 1982. p. 109 e seg.

Nessa perspectiva, as alamedas da acumulação parecem ser bem mais amplas que as desditas do "segundo Getúlio". São apenas a ante-sala mais próxima do ansiado salto à frente da economia brasileira.

O período Kubitschek delimitaria o salto qualitativo, a nossa tardia porém benfazeja "revolução industrial". Aí, e só aí, dão-se em bloco os investimentos responsáveis pelo nascimento do capitalismo brasileiro. Antes, "foi a constituição dos seus pré-requisitos econômicos e institucionais".

A vitória da industrialização capitalista, entretanto, não se deve à derrota político-econômica do nacionalismo desenvolvimentista ocorrida em 1954. Deve-se mais bem a uma alteração nos padrões internacionais de competição e acumulação.

Aparentemente, no período 1950-55, a política econômica já estava descolada do debate político-ideológico mais geral sobre as vias alternativas de desenvolvimento para o Brasil. Em princípio, o debate marcha em direção a uma opção nacionalista enquanto a prática implementa as premissas econômicas do salto subsequente. Cremos poder deduzir destas análises que o "descolamento" detectado pelos politólogos, já se dera bem antes, e isto seria tão verdadeiro que, após a morte de Vargas, Juscelino seria eleito e posteriormente sustentado pela mesma aliança político-partidária articulada por Getúlio. O quadro político não se altera, apenas o discurso ideológico se radicaliza e a variável importante aos olhos desta história econômica: passa a ser as alterações sofridas no movimento do capital internacional devido a um novo deslançamento da competição intercapitalista a nível mundial. Neste quadro, a morte de Getúlio fica inevitavelmente condenada a ser um acidente. O 24 de Agosto, tão caro aos politólogos, pois síntese trágica da inviabilidade estado-nacional-populista, transforma-se, para os outros, em mais uma das incontáveis "mesquinhas" da história. Sugestivo é que, por camé

nhos distintos e tortuosos, ambos, os que andam na busca da lógica da acumulação, e os outros, especializados na lógica da dominação brasileira, cheguem a uma mesma e triste conclusão: a inevitável necessidade de apelar ao "descolamento" transitório entre o político e o econômico para que se façam inteligíveis períodos de maior complexidade como o que pretendemos pesquisar.

4. O enunciado de nossa dúvida é também, simultaneamente, o início da busca de nossas hipóteses ainda indefinidas, delimitação do espaço em que pretendemos nos mover. Weffort e Cardoso de Mello são, sem sombra de dúvida, os que melhor trabalharam estes temas e por isto partiremos de suas idéias, recorrendo, apenas quando estritamente necessário, a outros formuladores do mesmo pensamento. Seus trabalhos correm paralelos para não dizer distantes. Não são nem nunca foram pensados integradamente. Quando articulados sua melodia é muitas vezes dissonante, mas não se pode negar uma estrutura harmônica básica que lhes é comum, malgrado os próprios autores. Desbastemos pois as arestas, indicando aquilo que os aproxima e distancia, mantendo certamente uma liberdade — a qual nos reservamos — de entremear comentários, conclusões e críticas pessoais.

Por distintos caminhos, os autores reconhecem a especificidade do "caso" latino-americano e brasileiro, em particular nas peculiaridades de um capitalismo que nasce "retardatário", duplamente determinado, "por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante a escala mundial, isto é em que a economia mundial capitalista já está constituída" (*). E, por outro lado, nas de um Estado-Nação que surge liberal "a partir da Independência e se consolida na segunda metade do século XIX, como expressão de uma burguesia agrária e comercial interessada em desenvolver uma economia de exportação de produtos primários (**),

(*) Cardoso de Mello, obra citada p. 98

(**) Weffort, F. O populismo na política brasileira, Ed. Paz e Terra, pp. 98.

e não como no modelo clássico, como obra "de uma burguesia industrial como burguesia nacional, em países que já nesta etapa assumem uma posição dominante em relação a amplos setores do mundo industrial (*)".

Ambos aceitam que só a partir de um perfeito entendimento da evolução de nossa sociedade agrária faz-se possível compreender os processos de "revolução industrial" e "burguesia" no Brasil. Mais particularmente, dos desdobramentos econômicos, sociais e políticos de nossa economia agro-exportadora, emergem, lentamente, as classes e os capitais que, articulados em um Estado e uma sociedade "dependentes", darão origem à economia industrial capitalista e ao Estado nacional burgueses.

Visualizam, sem maiores dificuldades, o papel particularmente relevante cumprido pelo Estado na implementação de uma "revolução pelo alto", que não se confunde entretanto com a chamada via alemã. Alberga não apenas uma aliança dos setores burgueses com as classes altas rurais, e o Estado cumpr funções que vão além da aglutinação financeira e estímulo econômico, via demanda. O Estado cria espaço para o surgimento das próprias classes e interfere produtivamente no âmbito da economia, determinando, em certos momentos, os padrões seguidos pela acumulação capitalista. Em torno das particularidades deste Estado, contudo, congregam-se os maiores debates e as mais amplas divergências: suas ainda não bem esclarecidas relações com as classes e com a economia.

Propõem a existência de um longo período de "transição" que se estende da última década do século passado até meados da década de cinquenta. Sobre este eixo traça-se uma periodização dos distintos momentos em que se vão desenhando os contornos de uma economia industrial e de um Estado autenticamente burgueses. Critica-se e abandona-se, definitivamente, a ideia de que a revolução de 30 foi uma "revolução burguesa lé

(*) Weffort, F. O populismo na política brasileira, Ed. Paz e Terra, pp. 99.

vada a cabo pela pequena burguesia" e define-se, com já vimos, dois sequenciamentos, nos planos de acumulação e de dominação. Por um lado, as fases de "crescimento industrial vegetativo", "industrialização restringida" e "industrialização pesada", pelo outro, "Estado oligárquico-liberal", "Estado de compromisso" e "Estado autoritário-burocrático". Sobre os tempos de cada uma destas fases, o papel das classes e a verdadeira sustentação e função do Estado, avultam as divergências. Divergências que se concentram no período do segundo Getúlio mais do que em qualquer outro, tornando-o praticamente ininteligível no contexto das duas periodizações.

Tanto Weffort quando Cardoso de Mello vêem neste período uma longa transição que parecera ser mais uma imensa espera. E, nesta transição, sem dúvida o segundo período, o da "industrialização restringida" e do "Estado de compromisso", é o que padece mais intensamente daquela letargia.

"Estado de compromisso" e "industrialização restringida" são designações negativas. Caracterização de situações ou períodos pelo que eles não possuem, mais do que pelo que inserem construtivamente na história brasileira. Há "compromisso" porque não existe hegemonia, e não existe hegemonia porque as oligarquias estão em crise, a burguesia industrial é importante e as classes populares não possuem identidade própria. Há "industrialização restringida" porque não houve industrialização pesada, e isto porque não há bases técnicas e financeiras para, num só golpe, implantar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção. É um longo período da história brasileira definido essencialmente pelo que nele não houve, mais do que pelo efetivamente acontecido. Cremos haver aí uma inadequada compreensão do seu processo real e especificamente nacional de revolução burguesa e industrial.

Vamos por partes. Acompanhemos a narrativa das vicissitudes da acumulação industrial retardatária em fase de "restrições", feita por Cardoso de Mello. Sua análise do cres

cimento vegetativo do capital industrial durante o período 1889-1933 logra — segundo nosso entender — o que não consegue com relação à fase seguinte, 1933-1955: mostrar como se moveram estruturalmente, em termos concretos e particulares, as condições positivas para o seu nascimento e posterior desenvolvimento. Ali o autor reconstitui com precisão a articulação contraditória entre o capital cafeeiro e a acumulação industrial, vendo a partir dela a dinâmica do capital monetário, da força de trabalho livre e da criação de um mercado interno de proporções, condições básicas para a industrialização. Em suma "o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias para essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo assalariado, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador" (*). Define finalmente, as razões estruturais da inexistência de uma industrialização pesada no período, e a preferência pela indústria de bens de consumo assalariado.

E conclui demonstrando a "posição subordinada da economia brasileira mundial capitalista, duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial"... Desta dependência resultando "a não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, o bloqueio da industrialização, que se traduz internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é dominante mente mercantil, sobre o capital industrial" (**).

Em 1933 inicia-se uma nova fase, um novo padrão de acumulação, mas a "passagem" de uma para outra fica pouco clara, perdendo-se na confusão nebulosa dos efeitos da crise de 29. A hegemonia era do capital cafeeiro e passa para o capital industrial. Entre uma e outra ocorrem fenômenos econômicos e políticos que passam — sobretudo os segundos — despercebidos. A economia reage vigorosa e original ao impacto da crise, devido sobretudo a medidas de política econômica por

(*) Cardoso de Mello, obra citada p. 105.

(**) Cardoso de Mello, obra citada p. 114.

trás das quais ficam subsumidas as mudanças sociais e políticas do período.

Cardoso de Mello abandona seu estilo de análise utilizado para o período anterior e, dando uma volta de 360°, embrenha-se pelos confusos caminhos de uma historiografia positiva. Passa a raciocinar de frente para trás e, dado que o "restringido" se deve a que não houve um bloco compacto de investimentos, inverte a questão e tenta deduzir as peculiaridades do período a partir de um esquema ideal de acumulação. Isto posto, o resto é deduzível: trata-se de saber porque não haviam capitais nem tecnologia sofisticada disponíveis durante aqueles vinte e seis anos. Nesta trajetória diluem-se o capital cafeeiro — dado que o industrial se independentizou dele — a oligarquia agrária e a burguesia industrial. O Estado adquire um posicionamento definido de maneira "funcional", isto é, a posteriori e em função dos resultados ocorridos: "nestas circunstâncias o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial" (*). Isto é, o que ele de fato ou aparentemente fez. Mas que Estado era este? Quem o sustentava? Como chegou a cumprir estas funções? São perguntas que ficam sem nenhuma resposta. Para respondê-las impor-se-ia a um outro tipo de história, onde se privilegiasse a dinâmica de constituição da própria peculiaridade do período, sem deduzi-la de um modelo a priori. Sem isto, o mundo da ideologia descola-se do movimento real da acumulação e encobre 23 anos de história com um falacioso e inútil debate sobre autonomia nacional, como ocupando o tempo à espera das condições ideais para o "salto a frente". Salto dado por obra de forças que despontam finalmente em 1956, viabilizando uma "verdadeira onda de inovações shumpeterianas" (**). Adentra-se em um novo padrão de acumulação sem que se consiga distinguir, no período "restringido", nenhum elemento que possa

(*) Cardoso de Mello, obra citada p. 123.

(**) Cardoso de Mello, obra citada p. 124.

assumir, ainda que parcialmente, a responsabilidade por este salto. As alianças político-partidárias são as mesmas, as ideologias também, e o Estado que então se associa com o capital estrangeiro parece não ter sofrido grandes abalos com relação ao período anterior. Como entender esta nova passagem sem apelar uma vez mais às alterações sofridas pelo capital internacional? Difícil sabê-lo, até porque o capital internacional, sem dúvida, ocupou um papel fundamental no financiamento do "salto". Apenas não fica claro como logrou os apoios internos. A "industrialização restringida" aparece na análise de Cardoso de Mello sem contradições, sem forças materiais. |||

É um período que, como já disséramos, assenta-se no que "não houve", tornando-se quase impossível entender o momento em que finalmente houve a famosa revolução industrial "à la brasileira".

Faz-se quase desnecessário sublinhar o quão ininteligível fica neste contexto o segundo Getúlio. Verdadeiro enigma, ou apenas final dramático de uma comédia de equívocos, a das "cabeças trocadas". Getúlio morre por querer realizar o que Kubitschek conseguiu, sem maiores dificuldades, apenas dois anos depois.

5. Vejamos agora, brevemente, a narrativa da mesma história feita pelo lado da "dominação", o das classes e do Estado, ou do Estado e suas classes.

O período da dominação oligárquica apresenta uma ordem social e política contraditória. Sustenta-se no regime da grande propriedade que "não é originalmente outra coisa que o modo fundamental de instauração de relações de produção capitalistas" no Brasil (*). O Estado oligárquico apóia-se nas classes altas rurais, particularmente nas vinculadas à agricultura de exportação, sendo indiscutível a hegemonia ou predominância da burguesia cafeeira. Assenta-se nas condições que conformam o sistema de poder do período, a versatilidade

(*) Weffort, O populismo na política brasileira. Paz e Terra, RJ, 1978 p.110.

que permitiu a dominação oligárquica sobreviver através das intempéries e crises que marcam as etapas seguintes, sem que houvesse revoluções ou alterações mais radicais em suas bases de sustentação.

Para Weffort, o essencial do período está na existência de um Estado e de relações de produção em que coexistem, paradoxal e contraditoriamente, a ideologia liberal e padrões de dominação oligárquicos. A convivência de um sistema agrário "repressivo de mão-de-obra" e de um Estado formalmente liberal, democrático com relação às distintas elites agrárias regionais. Como nas "modernizações conservadoras" de Barrington Moore, também aí redescobre-se que um sistema restritivo com relação à liberdade das massas agrárias "não é outra coisa que o modo fundamental de instauração destas relações (capitalistas) de produção" no Brasil (*). Apenas na fase pós-30, entretanto, instaurar-se-ia um Estado autoritário capaz de aproximar o caso brasileiro do modelo alemão de Moore. Na fase de dominação oligárquico-liberal, o "Estado-Nação está condenado a vestir formas liberais" (**).

Para explicar esta particularidade, Weffort recorre às determinações exógenas. O modelo de "desarrollo hacia afuera" dependia basicamente dos fatores externos e estes imporiam aos produtores "um comportamento econômico segundo princípios liberais vigentes nos países imperialistas. Esta mesma vinculação com o exterior obriga a que internamente os proprietários assegurem, através de instituições liberais, condições políticas internas de igualdade para participação no jogo do mercado, bem como condições de segurança, que só as instituições do Estado podem oferecer, para os empresários e inversões estrangeiras de longo prazo" (***) . Em outras palavras, o conteúdo seria oligárquico e basicamente nacional, a forma, democrática e basicamente exógena em sua explicação. Nem a análise parece muito convincente para o Brasil, nem a história das relações entre metrópoles e periferias parecera sustentar a hipótese de Weffort.

(*) Weffort, O populismo na política brasileira. Paz e Terra, RJ, 1978 p. 110

(**) Idem, p. 111.

(***) Idem, p. 111.

A partir daí, a análise sobreacumula argumentos amplamente discutíveis. A crise oligárquica da década de 20 passa a ser um incôgnita, a revolução de trinta fica entregue aos avatares de uma análise quase "fatorial", e o Estado que dela emerge realmente não poderia deixar de ser um compromisso.

Nas fissuras entreabertas pela contradição apontada, surgem os famosos movimentos de "classes médias" de 22, 24 e 26, entusiasmados com os ideais liberal-oligárquicos, que reivindicam de direito um lugar que em certa medida já ocupam "de fato" na "sociedade tradicional" (*). Eles são a "primeira manifestação de crise da hegemonia oligárquica", de uma crise cujo travejamento estrutural não é desvelado. Movimentos que por outro lado "não conseguem formular uma perspectiva própria em relação ao processo de produção" e portanto reivindicam num nível onde aparentemente a "ordem tradicional", que se "transforma e readapta" com enorme flexibilidade, não teria maiores obstáculos em ceder, sobretudo em se tratando de "classes médias" que, uma vez subalternas e não diretamente vinculadas à produção, não lhe trazem maiores ameaças. Sobre tudo se tivermos em conta que a burguesia industrial e os setores populares tampouco possuíam capacidade de "reconhecer-se, nos planos econômico e político, como classe nacional e de revindicar hegemonia" (**).

Entende-se assim porque o modelo acaba circularmente explicando uma coisa pela outra: "A importância dos grupos oligárquicos se explica pelo fracasso relativo dos novos grupos econômicos emergentes em introduzir mudanças nas orientações fundamentais do processo de produção" (***). Entretanto, "a capacidade demonstrada por estes grupos (classes médias, burguesia industrial e setores populares) em assumir as funções de "elite substituta está associada à persistência — embora em crise e em redefinição depois de 29 — das estruturas e relações sociais anteriores" (****).

(*) Idem, p. 117.

(**) Idem, p. 99.

(***) Idem, p. 119.

(****) Moisés, J.A. Greve de massa e crise política. Ed. Polis, 1978 p.49.

Não é de se estranhar que daí se possa concluir com absoluta lógica, apesar de insustentável razão, que "os setores agro-exportadores estavam consideravelmente enfraquecidos. A burguesia industrial não era capaz de definir um projeto próprio, mesmo porque era originária dos próprios setores agrário-exportadores. A oposição entre a burguesia industrial e os interesses agrário-exportadores era episódica. Por outro lado, as massas populares não eram suficientemente fortes para imprimir o seu rumo aos acontecimentos. Essas foram as principais razões pelas quais a revolução (de 30) teve que ser levada a cabo pelos militares" (*). Daí ao Estado de compromisso vai um passo curto, "passagem" certamente não tão curta na realidade quanto na dedução lógica dos equívocos.

A análise do período seguinte — o de maior interesse para nossa démarche — centra-se em dois eixos fundamentais: o do "compromisso" entre as classes dominantes e o da relação "populista" com as classes dominadas, basicamente os trabalhadores urbanos. O Estado que se estrutura e estende a partir da revolução de 30 até o golpe de 64 arquiteta-se a partir das mesmas impotências no período anterior. Se a "industrialização restringida" parecera ser uma fase do que "não houve", o "Estado de compromisso" afigura-se como uma etapa das "incapacidades". Não se sustenta nas oligarquias em crise, apesar de que "não tenham sido afetadas em suas funções de hegemonia social e política aos níveis local e regional e se encontrem, de algum modo, representadas no Estado" (**); não se sustenta na burguesia industrial incapaz de formular seu próprio projeto tampouco nas classes médias, dependentes da oligarquia, e menos ainda nos setores populares incapazes de "pressionarem por si próprios no sentido de obter uma participação autônoma no processo político" (***). Nenhum destes grupos tem condições de assegurar, por si próprio, o Estado fundado em sua hegemonia. Nestas condições, estabelece-se um governo de compromisso que aparecer no modelo como "Estado de compromisso". Sendo que a forma articular que o vincula e

(*) Weffort. F - op. cit. p. 70.

(**) Idem, p. 49.

(***) Idem, p. 65.

compromete com os setores populares é o populismo, "modo de terminado e particular de manipulação ("de cima para baixo") das classes populares mas também um modo de expressão de suas insatisfações" (*). Ainda que a tônica seja outra, posta na relação do Estado com os setores assalariados urbanos, a análise parece demonstrar que o período aproxima-se bem mais do que Barrington Moore chama de "modernização conservadora" ou "revolución desde arriba" do que do "bonapartismo" francês, com relação ao qual existe um abismo estabelecido pelas diferentes situações agrárias. A "personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas" (**) são características atribuídas ao populismo, encontráveis em toda sua extensão no modelo de Moore. Se a similitude é sugestiva, porém, as diferenças são também notórias. E estas apontam, segundo nosso entender, para as peculiaridades dos setores urbanos ou "modernizantes": a origem de nossa burguesia industrial e das classes médias estruturalmente vinculadas aos interesses do setor exportador, e as relações do conjunto com o capitalismo internacional em sua fase de desdobramento monopolista. Não nos prolongaremos neste aspecto, bem destacado nas análises de Weffort.

Preferimos sublinhar aqui numa série de dúvidas que nos parecem pertinentes. A pouca precisão com que aparece equacionada a explicação da revolução de 30 estende-se ao período posterior. Um conjunto de classes "incapazes" forma um governo de compromisso sustentado em uma aliança transitória que vai sofrendo profundas alterações no transcurso do período. Estas transformações que são fundamentais para o entendimento das conjunturas interiores aos 34 anos considerados ficaram diluídas quando este governo de transição (1930-37) é elevado à categoria de um conceito novo, o de "Estado de compromisso", tão vago e gelatinoso que não consegue dar conta das alterações que ocorrem sob seu manto, senão fazendo apelo à idéia de uma vida de vinte anos, uma crise de cinco e uma so brevidade de nove. É difícil aceitar que de 1950 até 1964 as

(*) Idem, p. 65.

(**) Idem, p. 69.

sistamos apenas a uma sucessão de "episódios característicos de uma instabilidade política que poderia indicar o esgotamento do quadro político surgido em 30" (*). Ou pior ainda — e isto já comentamos — que, de 1955 a 1964, o Brasil viveu o seu "salto à frente", sua "revolução industrial", apoiado apenas na sobrevida ou no alento moribundo de uma ideologia encarnada por alianças de discutível solidez, entre pelegos e uma esquerda de magreza consensualmente aceita.

A despeito dos cuidados indiscutíveis de Weffort, parece, como também já disséramos, que pesa em excesso sobre sua construção analítica o modelo europeu da revolução burguesa.

Se Cardoso de Mello vai em busca de um modelo ideal de condições e pré-requisitos financeiros e tecnológicos para o "salto à frente", Weffort parece ligar-se, em excesso, a um modelo ideal de classes que se auto-representam organizadamente com projetos claros e distintos, e de um Estado que se sustenta em hegemônias indiscutidas. Talvez valesse dizer aqui o que se deduz de Moore: em nenhum país europeu encontram-se estas características em estado tão puro como fazem supor as comparações que prefaciam o nascimento do conceito.

Com o "populismo" ocorre algo similar. Tenta dar conta de um fenômeno indiscutivelmente existente e relevante, mas que excede em complexidade a potencialidade teórica do mesmo. A existência, no período, de uma mobilização e manipulação popular feita "de cima para baixo" é um fato indiscutível. O uso do conceito para referir-se a este fato pode ser adequado, mas não sua extensão ao regime, ao Estado, às lideranças pessoais, aos partidos, aos sindicatos etc. Caso não se qualifique e especifique melhor o "populismo", não há como evitar a conclusão que, como no caso anterior, parece lógica apesar de absurda: "a Consolidação das Leis do Trabalho, o Partido Trabalhista Brasileiro, o peleguismo, o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes, Brizola, fazem

(*) Weffort, F. - op. cit. p. 77.

parte de um mesmo sistema e continuum. E juntam-se também Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros, como elementos do mesmo universo populista" (*).

Analisar as dificuldades decorrentes deste enfoque para compreender o golpe de 64 foge a nosso interesse. Apenas retomaria aqui a idéia, já enunciada, de que o segundo Getúlio, na ótica do "compromisso" e do "populismo", perde em objetividade na medida em que se submete, em excesso, às divagações ideológicas do período. O Estado alicerçado no compromisso e agitando populisticamente as massas tenta realizar uma política de desenvolvimento capitalista nacional e é derrotado pelas pressões externas e internas. Os descaminhos da inflação, da política cambial e financeira, das greves, o surgimento de um novo sindicalismo, dos partidos e das eleições, das mudanças ministeriais e das alianças de sustentação governamental, dos conflitos militares e das alterações internacionais, dissolvem-se nas inflamadas reflexões de Itatiaia.

Impõe-se rever com maior detalhe a precisão as duas histórias: a da acumulação e a da dominação. A história das classes e sua integração dinâmica daquelas duas óticas numa lógica comum onde as evoluções de uma perdem sua "necessidade" e as de outra, sua "aleatoriedade". Como fazê-lo, é uma pergunta para a qual não temos resposta. Não respondê-la, contudo, significa condenar o "segundo Vargas" à mera posição de subfase de maturação de pré-requisitos impostos pela necessidade de uma "revolução industrial". Ou então, numa leitura mais política, fazer do "55-64" uma longa sobrevida do revivismo nacionalista.

Quem sabe as idéias não estivessem tão fora de lugar? Pelo contrário, e isto explicaria sua sobrevivência, teriam cumprido o papel de "romper los diques del estancamiento en un país atrasado, inflamado la imaginacion de los hombre y naciendo que estos pongam sus energias al servicio del desarrollo economico" (**)? O nacionalismo populista teria sobrevi

(*) Ianni, O. O colapso do populismo no Brasil ed. Civ. Bras. p. 102.

(**) Gershenkron, A. "El atraso economico en su perspectiva histórica", Ed. Ariel, 1968, p. 33.

vido como "imaginação" e "fê" de uma burocracia "anormalmente independente", mais próxima da "ideologia alemã" que das práticas revolucionárias do Crédit Mobilier? Ou quem sabe foi a penas o guarda-sol ideológico, à cuja sombra crescia sonolenta nossa burguesia nacional internacionalizada? Nem tanto Pe reire nem tampouco Bauer. Macunaíma?